

Tegram
Operações
Portuárias S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Tegram Operações Portuárias S.A.
São Luis - MA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Tegram Operações Portuárias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Tegram Operações Portuárias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia realiza o serviço de operador portuário apenas com suas partes relacionadas, representando assim integralmente as receitas da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-0



Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2

Tegram Operações Portuárias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	755	781	Fornecedores	6	488	331
Contas a receber de clientes	5	1.417	1.301	Obrigações trabalhistas	7	1.300	1.335
Adiantamentos		25	-	Obrigações fiscais	8	313	227
Impostos a recuperar		73	60	Total do passivo circulante		2.101	1.893
Despesas antecipadas		77	1				
Total do ativo circulante		2.347	2.143				
				Patrimônio líquido	9		
Intangível		4	-	Capital social		927	927
				Prejuízos acumulados		(677)	(677)
Total do ativo não circulante		4	-	Total do patrimônio líquido		250	250
Total do ativo		2.351	2.143	Total do passivo e patrimônio líquido		2.351	2.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	10	13.028	12.348
Custo dos serviços prestados	11.a	<u>(12.440)</u>	<u>(11.785)</u>
Lucro bruto		<u>588</u>	<u>563</u>
Despesas gerais e administrativas	11.b	(636)	(579)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(48)</u>	<u>(16)</u>
Receitas financeiras		57	42
Despesas financeiras		(9)	(26)
Resultado financeiras líquidas		<u>48</u>	<u>16</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	927	(677)	250
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	927	(677)	250
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de outubro de 2024	927	(677)	250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		-	-
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes		(116)	(69)
Adiantamentos		(25)	114
Impostos a recuperar		(13)	(6)
Despesas antecipadas		(76)	(1)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		157	(5)
Obrigações trabalhistas		(35)	112
Obrigações fiscais		86	24
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>(22)</u>	<u>169</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(4)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(4)</u>	<u>-</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de capital		-	-
Caixa Líquido de aplicado nas atividades de Financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>
(Diminuição) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(26)</u>	<u>169</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	781	612
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	755	781
(Diminuição) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(26)</u>	<u>169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Tegram Operações Portuárias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege por um estatuto social, firmado pelos acionistas e devidamente arquivado na sede social (“Acordo de Acionistas da Sociedade”), e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A sede da Companhia está localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

A Companhia tem por objeto social: (a) a administração e operação de instalações portuárias em geral, inclusive das instalações portuárias do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM, localizado no Porto do Itaqui, Estado do Maranhão, compreendendo, em sua atividade, a operação e gestão de equipamentos destinados à recepção e expedição de mercadorias, carga e descarga de embarcações, atividades internas em armazéns e execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às atividades de operador portuário; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-cotista ou acionista.

A Companhia foi constituída em 22 de julho de 2014. As operações foram iniciadas no exercício de 2015.

Atualmente, a Companhia opera, exclusivamente, para atender a demanda de seus acionistas, de forma que são eles seus únicos clientes, representando assim a totalidade da receita auferida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O valor faturado para os acionistas é o montante suficiente para ressarcir os custos e despesas dispendidos para executar os serviços prestados e manter a Companhia operando adicionado do valor dos impostos incidentes sobre a receita.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de fevereiro de 2025. Após a sua emissão, somente a Diretoria têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais (R\$) nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos contas a receber, fornecedores, adiantamentos, caixa e equivalentes de caixa.

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Consórcio se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, e após o reconhecimento inicial, esses ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando aplicável.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os

termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

a.1 Contas a receber

A Companhia não estima perdas de crédito esperadas sobre esse ativo financeiro, uma vez que repassa todos os custos/despesas às suas consorciadas, não havendo riscos nem registro de perdas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação que se espera receber em troca do controle dos serviços prestados. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia opera, exclusivamente, para atender a demanda de seus acionistas e o valor faturado para os acionistas é o montante suficiente para ressarcir os custos e despesas dispendidos para executar os serviços prestados e manter a Companhia operando, adicionado do valor dos impostos incidentes sobre a receita.

c. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

d. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

f. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Consórcio ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da entidade, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A entidade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	5	249
Aplicações financeiras	<u>750</u>	<u>531</u>
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>755</u>	<u>781</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a compromissos de renda fixa e a investimentos em Compromissadas, que possuem compromisso de recompra firme pelos bancos, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são remuneradas às taxas de 70% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

5 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Terminal Corredor Norte S.A.	369	364
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	366	335

Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	341	301
Amaggi Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	341	301
Total	1.417	1.301

O saldo a receber refere-se à prestação de serviços de mão de obra de operação no carregamento dos navios e descarga de vagões para os acionistas da Companhia, seus únicos clientes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia saldos vencidos no contas a receber. Os saldos apresentados estão com vencimento dia 15/01/2025, para os títulos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e vencimento em 15/01/2024, para os títulos em aberto em 31 de dezembro de 2023.

6 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	488	331
	488	331

Na rubrica de “Fornecedores” foram reconhecidas todas as obrigações com os fornecedores tanto de materiais quanto prestadores de serviços utilizados para manter o complexo em pleno funcionamento de sua capacidade.

7 Obrigações trabalhistas

	2024	2023
INSS	141	136
FGTS	47	26
Férias e encargos	660	720
Outros	452	453
Total	1.300	1.335

8 Obrigações fiscais

	2024	2023
COFINS	201	186
PIS	44	41
Outros tributos	68	-
Total	313	227

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está detalhada a seguir:

	Ações ordinárias		
	2024	2023	%
Acionistas			
Terminal Corredor Norte S.A.	231.873	231.873	25%
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	231.873	231.873	25%
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	231.873	231.873	25%
Amaggi Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	231.873	231.873	25%
Total	927.492	927.492	100%

9.2 Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (a) deliberar a retenção da parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (b) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

10 Receita líquida

A totalidade da receita da Companhia é realizado junto aos seus acionistas. Apresentamos abaixo a receita bruta por partes relacionada:

	2024	2023
Receita de serviços prestado	15.263	14.393
(-) Impostos sobre receita	(2.235)	(2.045)
Total	13.028	12.348
Receita de serviços prestados por parte relacionada:		
Terminal Corredor Norte S.A.	3.815	3.598
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	3.816	3.598
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	3.816	3.598
Amaggi e Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	3.816	3.599
Total	15.263	14.393

11 Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

a) Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Pessoal	(12.440)	(11.785)
Total	(12.440)	(11.785)

b) Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Prestação de serviços	(24)	(23)
Fretes e seguros	(17)	-
Aluguéis e locações	(276)	(215)
Tributárias	(67)	(62)
Acordos e convênios-OGMO	(223)	(249)
Outras	(29)	(30)
Total	(636)	(579)

12 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-
Outros	-	-
Total	-	-

13 Instrumentos financeiros

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia entende que o gerenciamento de riscos é fundamental e determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e riscos inerentes.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro pela Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis da Companhia, representados, principalmente, pelo contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco no qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações até o vencimento, sob condições normais ou de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia tenta assegurar que possui recursos em caixa à vista suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras e excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais, para os quais a Companhia possui seguro próprio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que se aproximam dos seus valores justos nas rubricas “Contas a receber”, “Fornecedores”, “Adiantamentos”, “Caixa e equivalente caixa”.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

14 Provisão para demandas judiciais

A Companhia está envolvida em ações judiciais de natureza civil e trabalhistas e, com base no parecer de seus assessores jurídicos externos, a Administração identificou processos cuja expectativa de perdas possíveis no valor R\$ 309 (R\$ 310 em 31 de dezembro de 2023), não identificou processos com expectativas de perdas prováveis, motivo pelo qual, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi constituída nenhuma provisão.

15 Seguros

A Companhia possui a seguinte apólice de seguros:

Risco	Importância segurada	Vencimento
Riscos Ambientais	17.999	16/09/2025
Operador Portuário	72.830	16/03/2026
Garantia Financeira	2.000	12/08/2025

Marcos Pepe Bertoni
Diretor

Leno Tavares dos Santos
Gerente. Adm/ Financeiro

Rafael Pereira Polary
Contador
CRC MA-012891/O